

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 018/2024

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, SOBRE O VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 004/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

I - Relatório:

O Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 004/2024, tem por objetivo vetar o art. 2º do Projeto de Lei nº 004/2024, de 21 de fevereiro de 2024, aprovado em 23 de fevereiro de 2024 e encaminhado ao Chefe do Poder Executivo em 26 de fevereiro de 2024, por meio do Autógrafo de Lei nº 011/2024.

Seguindo os trâmites regimentais, após a sua leitura na 5ª Sessão Ordinária de 2024, foi encaminhado a esta Comissão para análise dos aspectos afetados e a competente emissão do Parecer.

É o relatório.

II - Fundamentação:

O Veto integral foi protocolado na Câmara Municipal no dia 11 de março de 2024 e, nos termos do § 4º do art. 51 da Lei Orgânica, compete à Câmara apreciá-lo dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, senão, reputa-se mantido.

Veto é o ato expresso, privativo do Chefe do Poder Executivo, por meio do qual este exterioriza, de forma solene e motivada, sua discordância com determinado projeto de lei. Pode o veto ser entendido, então, como o contrário de sanção. Enquanto esta, tal como já dito antes, significa a concordância do chefe do Poder Executivo com um projeto, o veto, ao contrário, significa a discordância do chefe do Poder Executivo com um determinado projeto.

O veto deve ser sempre motivado pelo Executivo. Tal motivação pode se fundar em razões de inconstitucionalidade ou de contrariedade ao interesse público.

Quando o veto é fundamentado na inconstitucionalidade do projeto, é chamado de veto jurídico. Quando fundamentado em razões de contrariedade ao interesse público, é chamado de veto político. A finalidade das razões do veto reside na necessidade de dar ao Poder Legislativo conhecimento das razões – jurídicas ou políticas – que levaram o Poder Executivo a se manifestar contrário à proposição legislativa.

No caso *sub examine*, o veto é de natureza política, eis que fundamentado na contrariedade ao interesse público.

É o que se verifica das razões do Veto.

Assegura o Prefeito Municipal que o art. 2º do Projeto de Lei nº 004/2024 possui dois vícios materiais insanáveis em sua redação que fere o interesse público, conforme expõe:

... O primeiro, diz respeito à grafia da representação, por apresentar valor superior ao que seria condizente com o reajuste aplicado, o que poderia vir a ter impacto sobremaneira no orçamento municipal vigente, de modo a comprometer as finanças públicas deste município.

O segundo, diz respeito a quantidade de diretores/coordenadores apresentada, onde, em razão do interesse público, necessita de readequação para o correto cumprimento da Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas

as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral.

O §2º do art. 51 da Lei Orgânica determina que o quórum de votação do Veto é o de maioria absoluta.

III - Opinião:

Portanto, entendo que o Veto Parcial sob análise preenche todos os pressupostos legais e constitucionais vigentes de admissibilidade.

Por isso, opinamos pela regular tramitação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 004/2024, de autoria do Poder Executivo.

É o Parecer.

Amontada - CE., 20 de março de 2024.


Jorge Ribeiro Siebra
Relator

IV - Decisão da Comissão de Justiça e Redação.

Analisadas as contextualizações e argumentações do relator, a Comissão de Justiça e Redação, segue o parecer do relator, manifestando-se FAVORÁVEL ao Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 004/2024, para que em seguida tenha a continuidade regimental nesta Câmara de Vereadores.

Amontada - CE., 20 de março de 2024.

(Ausente)
Maria Sirnara Saldanha Freitas
Presidente


(---) a favor, pelas conclusões do parecer.

(---) contra, pela reprovação do parecer.


Jorge Ribeiro Siebra
Relator

(X) a favor, pelas conclusões do parecer.

() contra, pela reprovação do parecer.


Antônio Arnóbio Vasconcelos
Membro

(X) a favor, pelas conclusões do parecer.

() contra, pela reprovação do parecer.